NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 29/Mar

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2941/2023

DISTRITO FEDERAL

Policiais da Força Nacional no DF terão de atuar como vigilantes

Entenda

Segundo o sindicato dos vigilantes, 36 guardas darão lugar a 144 policiais da Força Nacional. Vigilantes aguardam reunião com ministério

Pelo menos 36 vigilantes teriam sido dispensados do serviço que realizavam na sede do Distrito Federal da Força Nacional, situada no Gama. De acordo com o Sindicato dos Vigilantes do DF (Sindesv), todos os funcionários que estavam no local já estão cumprindo aviso-prévio, e os cargos que ficarão vagos devem ser ocupados por membros da própria Força Nacional.

Ainda segundo a entidade sindical, os 36 guardas darão lugar a 144 policiais, devido a uma regra para a jornada de trabalho dos integrantes da força.

Força Nacional e efetivo policial reforçado: o 1º teste do DF após o fim da intervenção

"Nos quartéis há uma norma que, a cada hora trabalhada em serviço de guarda, os militares descansam três horas. Em uma jornada de

12 horas, o policial trabalha três horas por dia e descansa nove. O vigilante trabalha 12 horas seguidas, com salário de pouco mais de R$ 3 mil. Já o policial da guarda nacional ganha de salário aqui no DF, em média, R$ 8 mil. Para substituir os 36 vigilantes demitidos, considerando a jornada dos militares, são necessários 144 policiais da guarda nacional", explica nota do Sindesv.

A categoria ainda reclama que a substituição seria um mau uso da Força Nacional, uma vez que policiais com treinamento de elite estariam fazendo serviços de vigias. "Se tiver uma rebelião na Papuda, por exemplo, os policiais terão de se deslocar para lá, deixando o quartel desprovido de segurança. Portanto, qual a lógica dessa substituição?", questiona Paulo Quadros, presidente do Sindesv-DF.

Como funciona a Força Nacional

A Força Nacional de Segurança Pública, criada em 2004, tem o efetivo composto por bombeiros, policiais civis, militares e peritos. O objetivo é atuar na preservação da ordem pública, na segurança de pessoas e de patrimônio e em emergências e calamidades públicas.

O Ministério de Justiça e Segurança Pública é o órgão responsável pela Força Nacional. Na base do Gama, os militares passam pelo treinamento chamado Instrução de Nivelamento de Conhecimento. São 30 dias em que os aspirantes conhecem os tipos de armamento e de operações para depois serem lançados nas operações específicas.

O Sindesv pediu reunião com o ministro da Justiça, Flávio Dino, a fim de tratar do assunto. O Metrópoles esperou posicionamento sobre o assunto do MJ por dois dias, mas a pasta não respondeu.

Fonte: Metropoles

RIO DE JANEIRO

SINDICATO SVNIT FISCALIZA ESTALEIRO BAKER HUGHES EM NITERÓI

Os diretores do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões Claudio Vigilante, Allan Alexandria e Ideraldo Vasconcelos estiveram hoje dia 28/03/23 no Estaleiro Baker Hughes na Ilha da Conceição em Niterói, onde quem presta serviço de Segurança é a empresa Haganá, os dirigentes sindicais com a permissão dos responsáveis pela segurança do Estaleiro realizaram uma inspeção para verificar as condições de trabalho dos Vigilantes no posto de Serviço.

A diretoria do Sindicato foi muito bem recebida pelos responsáveis pelo setor de segurança do estaleiro, que levou os diretores do sindicato a vários locais dentro do Estaleiro onde os vigilantes prestam serviço, almoçam, no alojamento e onde os vigilantes descasam o almoço.

Após mais de 1 hora de visitando os postos de serviço detectamos somente um local onde os vigilantes ficam baseado para fazer a segurança que não estava dentro das condições adequadas para que os vigilantes pudessem realizar a segurança.

Após a inspeção por parte do Sindicato foi realizada uma reunião com os responsáveis pelo estaleiro e o representante da empresa Haganá e foi apresentado o problema, o representante do estaleiro se comprometeu que ia buscar o mais breve possível oferecer melhores condições para os vigilantes e que o local onde eles estavam era provisório, mais que mediante a solicitação do Sindicato estaria providenciando um container com todas as condições devidas para os trabalhadores realizar os seus serviços.

Mais uma vez o Sindicato Svnit no dia a dia buscando garantir o direito dos trabalhadores e condições adequadas para a prestação do serviço.

Agradecemos a confiança dos vigilantes no trabalho da direção do Sindicato declara Claudio Vigilante.

SINDICATO DOS VIGILANTES DE NITERÓI E REGIÕES.

COMUNICADO

Hoje tivemos mais uma mediação referente a campanha salarial 2023. Após um longo debate em relação as reivindicações e propostas, a mediadora Dra. Lara Melo, do Ministério do Trabalho, responsável por conduzir a audiência, repassou uma proposta para a representação Patronal, buscando assim, finalizar um processo de audiências e negociações que já perduram por mais de seis meses.

Dependendo do aceite da proposta elaborada pela mediação, o Sindesv-PE convocará a categoria para uma assembleia, onde será debatido e votado às pautas e reajustes da campanha salarial 2023.

Vamos a luta! Unidos somos mais Fortes!

SINDESV-PE

Edital de convocação

O SINDIVIG-Sertão/PE convoca todos os trabalhadores vigilantes representados pela Entidade em sua base territorial para Assembleia Geral Extraordinária na data de 31/03/2023 às 19:00 horas em primeira convocação e às 19:30 em segunda convocação na abragencia da Entidade, sito à Rua José Alves De Lira S/N. Bairro Nossa Senhora Aparecida Prédio da vigilância sanitária Salgueiro/PE, para deliberações sobre a proposta de reajuste salarial e do vale alimentação apresentada em mediação pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.A – Apresentação para ou não da proposta apresentada em mediação pela SRTE para o reajuste salarial. B – Apresentação para aprovação ou não da proposta apresentada em mediação pela SRTE para reajuste do vale-alimentação; C – Demais informativos. Petrolina – PE., 28 de março de 2023. Laécio Antônio de Vasconcelos – Presidente.

SINDIVIG - PETROLINA

SINDICATO DOS VIGILANTES DE ALAGOAS INAUGURA SUB SEDE EM ARAPIRACA E FORTALECE AÇÕES NA REGIÃO AGRESTE

A AÇÃO BUSCOU FORTALECER AS AÇÕES DO SINDICATO NA REGIÃO E COMPARTILHAR INFORMAÇÃO COM OS TRABALHADORES

O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas fortaleceu sua atuação na região Agreste com a inauguração da nova Sub Sede no município de Arapiraca, realizada neste sábado (28). Dando continuidade às ações do sindicato, os diretores Jazon Torres, diretor regional de Arapiraca, e Amauri Fabiano, de Maceió, visitaram, nesta terça-feira (28), os vigilantes de Arapiraca e região para compartilhar informações relevantes para a categoria.

Segundo a diretoria, o objetivo é aproximar o sindicato dos trabalhadores para que eles tenham conhecimento pleno sobre os seus direitos, fortalecer as ações do sindicato na região e apresentar o trabalho realizado na nova sede regional.

Para quem busca atendimento, a Sub Sede de Arapiraca está de portas abertas para receber os trabalhadores de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 14h00. Mais informações podem ser obtidas pelo número (82) 99374-3096.

Lula propõe que juros do empréstimo consignado do INSS fiquem em 1,97% ao mês

Bancos suspenderam o crédito após decisão de conselho ligado ao ministério da Previdência em baixar os juros para 1,17%. Conselho que define a taxa aceitou a proposta do presidente

FOTO: RICARDO STUCKERT / PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) propôs nesta terça-feira (28), após reunião com ministros de diversas áreas, que a taxa de juros do crédito consignado oferecido a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), fique em 1,97% - 0,17% do índice que era praticado pelo mercado financeiro, antes de suspendererm a oferta dessa linha de crédito.

A proposta de Lula é para dar um ponto final ao boicote de bancos que não gostaram da decisão do último dia 13 de março do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), responsável final pela definição da taxa, em baixar os juros de 2,14% para 1,70%. As instituições financeiras decidiram não oferecer mais esse tipo de crédito dizendo que com o novo teto de juros não têm condições de arcar com os custos de captação de clientes.

Diante do impasse o presidente se reuniu no fim da manhã desta terça com os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Carlos Lupi (Previdência), Luiz Marinho (Trabalho e Emprego) e com os secretários-executivos da Casa Civil, Miriam Belchior, e da Fazenda, Gabriel Galípolo, em que foi definida a proposta, levada ao CNPS, que no final da tarde aprovou o novo índice de juros.

CUT e centrais sindicais criticaram decisão dos bancos em suspender o crédito

A suspensão dos empréstimos foi definida como "extorsão e chantagem" pelas centrais sindicais. Em nota assinada pelos presidentes da CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB, Intersindical -Central da Classe Trabalhadora e A Pública, reunidas no Fórum das Centrais.

"Os mesmos bancos que hoje viram as costas para aqueles que tanto contribuíram para o país são os mesmos que lideram as denúncias de assédio bancário com insistentes ofertas de crédito para aposentados", dizia trecho da uma nota das centrais , no último dia 17 de março quando os bancos anunciaram a suspensão da linha de crédito.

Consignados dos aposentados têm o menor risco de inadimplência

Os empréstimos consignados para aposentados e pensionistas tem a menor taxa de inadimplência entre todas as modalidades de crédito pessoal: 2,01%. A maior é do cartão de crédito rotativo que chega a 45,5%.

No entanto, o consignado do INSS tinha uma taxa de juros anual (27,7%) maior do que a oferecida aos servidores públicos (24,4%). No crédito pessoal normal, ou seja, na qual a renda do cliente não é a garantia para pagamento em caso de inadimplência, o juro chega a 84,3% ao ano. No cheque especial, 132%.

Segundo a Previdência Social, aproximadamente 8 milhões de aposentados e pensionistas têm empréstimo consignado e 1,8 milhão estão com quase metade (45%) do benefício comprometido com este tipo de dívida.

Com informações do G1

Governo adia para 3 de maio recadastramento de armas no Brasil

Mudança no prazo para recadastramento de armas aconteceu após reunião do ministro da Justiça com a bancada da bala da Câmara dos Deputados

Foto colorida de uma arma de fogo ao lado de balas - Metrópoles tiros no Cristo RedentorUnsplash/ Steve Woods

Após reunião do ministro da Justiça e Segurança Pública Flávio Dino, com a bancada da bala da Câmara dos Deputados, na semana passada, o governo decidiu prorrogar em 30 dias o prazo para recadastramento das armas. De acordo com o Diário Oficial da União desta quarta-feira (29/3), agora os portadores de armamentos têm até 3 de maio deste ano para fazer a devida atualização.

O programa de cadastramento foi instituído pelo atual governo no mês passado para que se possa ter um controle maior sobre o arsenal que circula no país.

De acordo com a Polícia Federal, mais de 824 mil armas foram cadastradas desde fevereiro. Deste total, 782,3 mil são de uso permitido e 41,7 mil possuem calibre restrito.

Grupo de trabalho

O decreto, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e por Dino, também inclui novos representantes no grupo de trabalho que discute o assunto. O GT terá integrante do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social; de instituições sem fins lucrativos com atuação no tema, indicadas pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública; da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados; e da Comissão de Segurança Pública do Senado Federal.

Outra mudança no decreto diz respeito à apresentação especial de armamentos por questões de logística e segurança. O procedimento específico poderá ser estabelecido pelo diretor-geral da Polícia Federal.

Reunião

As alterações no decreto vieram após a reunião de Dino com a bancada da bala no dia 21 de março, no Palácio da Justiça. Participaram do encontro, além do ministro, deputados da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, o secretário Nacional de Segurança Pública, Tadeu Alencar; o secretário de Assuntos Legislativos, Elias Vaz; e o secretário executivo do MJSP, Ricardo Capelli.

O objetivo era ouvir sugestões dos parlamentares em relação ao decreto que restringiu o acesso a armas. Entre os pedidos levados pelos congressistas, estão a extensão do prazo de recadastramento dos armamentos junto à Polícia Federal e a entrada de representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal no grupo de trabalho que estuda as novas normas.

Confira, em linhas gerais, o Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023;

suspendeu os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares;

restringiu os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido;

suspendeu a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro;

suspendeu a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores;

instituiu grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o chamado "Estatuto do Desarmamento".

FONTE: Metropoles

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862
Ano CLV Nº 1
SEÇÃO 1
Publicado em: 29/03/2023 | Edição: 61 | Seção: 1 | Página: 1

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 11.455, DE 28 DE MARÇO DE 2023

Altera o Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023, para prorrogar o prazo de recadastramento de armas de fogo e incluir novos representantes no grupo de trabalho.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84,**caput,**inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º As armas de fogo de uso permitido e de uso restrito adquiridas a partir da edição do Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, serão cadastradas no Sistema

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF